



33º Encontro Anual da Anpocs

GT: 01 - A cidade nas ciências sociais: teoria, pesquisa e contexto

A cidade como texto e como contexto nas ciências sociais
Paulo Peixoto

A cidade como texto e como contexto nas ciências sociais

Paulo Peixoto
Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra
pp@ces.uc.pt

De que modo e até que ponto se tornam as cidades uma entidade dotada de sentido e de inteligibilidade de maneira a poderem ser descritas e percebidas num contexto em que derivações nas formas urbanas suscitam múltiplas derivações linguísticas de pendor morfológico ou semântico com vincado sentido metafórico? Vividas e analisadas por atores diversos, em contextos singulares, as cidades fazem emergir uma miríade de descrições que correspondem a imagens e a representações simbólicas que evidenciam que a cidade é irreduzível à sua materialidade e a representações oficiais que decorrem, essencialmente, da retórica do *marketing* urbano (Koller, 2008) e de variadas práticas discursivas codificadas (Schreiber e Moring, 2001).

Podemos, inclusive, falar de uma certa crise da representação (Lefebvre, 2000; Mondada, 2000) para dar conta da necessidade crescente em fazer sobressair o peso do contexto e a premência da relativização do texto sempre que se descrevem ou analisam realidades sociais diversas. Essa crise, se a aceitarmos, manifesta-se de quatro modos distintos, pondo em causa a fiabilidade da representação enquanto fator de tradução fiel de uma realidade constituída por entidades pré-existentes que o discurso representacional, mormente o das ciências sociais, se limitaria a codificar de modo aparentemente neutro e anódino (Mondada, 2000).

Assumir que a descrição representacional e as práticas discursivas não são neutras, e muito menos categorias fechadas, implica, em primeiro lugar, que se questione as próprias descrições científicas que concretizam operações de referenciação, de naturalização e de objetificação de artefatos e objetos. Mas implica, sobretudo, assumir que os contextos das práticas urbanas são mais heterogéneos, na medida em que incorporam relevantes universos sociais ordinários, e que os textos são bem mais polissémicos, no sentido em que a compreensão da realidade obriga a ter em conta as descrições dos actores da

vida cotidiana (Laplantine, 1996; Quéré, 1999). Essa fuga a um pensamento abissal (Santos, 2007), que separa a realidade em universos distintos, frequentemente dicotômicos, para produzir, recorrentemente, a ocultação do mais frágil, é também uma fuga ao conforto das categorizações fáceis e homogeneizantes e um convite à abertura para leituras sensíveis e conflitantes da cidade e do urbano. No limite, há mesmo que reconhecer que “não existe contexto urbano dado *a priori*, apenas aquele construído por análises e interpretações” (Frúgoli Jr., 2009: 53). Essa constatação apela a uma perspectiva “de perto e de dentro”, que “seja capaz de apreender os padrões de comportamento, não de indivíduos atomizados, mas dos múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais cuja vida cotidiana transcorre na paisagem da cidade e depende de seus equipamentos” (Magnani, 2009: 106). É nesse âmbito que, na teoria das ciências sociais, se recusam retóricas unívocas (Santos, 2009) e que, na prática da pesquisa, se reconhece o protagonismo de grupos sociais silenciados por lógicas dominantes e hegemônicas (Peixoto, 2004; Gomes, 2006; Leite, 2007).

Nessa medida, é interessante constatar que a cidade nas ciências sociais, em termos de teoria e de pesquisa, venha suscitando novas perspectivas de análise, que acabam por converter o texto científico, não apenas num meio de expressão, mas sobretudo num objeto científico em si mesmo. Dos estudos pós-coloniais às perspectivas feministas, do pensamento pós-moderno ao construtivismo, dos estudos sociais das ciências à antropologia e à geografia culturais, as práticas discursivas científicas são hoje um objeto central de análise que transcende a questão das representações.

Relativamente aos quatro modos de manifestação da crise da representação (Mondada, 2000: 10), acima referidos, assinalam-se, assim: em primeiro lugar, o questionamento da transparência do texto científico, que acentua sua tendência persuasiva, quer através de uma certa opacidade da escrita, quer através de recursos linguísticos e visuais enredados em uma trama orientada para garantir autoridade; em segundo lugar, o questionamento da função referencial do texto científico, que parece menos preocupado em remeter para os objetos que descreve e mais interessado em moldar, pelo discurso, esses objetos ao seu

argumentário; em terceiro lugar, o questionamento da universalidade e da generalização do saber, que se tornou um imperativo e uma obsessão das ciências sociais nomotéticas e que se baseou, não raras vezes, em uma descontextualização forçada visando promover uma universalidade a qualquer preço; e, por fim, em quarto lugar, o questionamento da unicidade das versões dos fatos, que tem redundado na evidenciadação de silenciamentos, na irrupção de uma multiplicidade de opiniões e na multiplicação de sujeitos implicados.

Descrever a cidade não é, de todo, uma tarefa neutra. Nem tão pouco uma tarefa abstrata desligada das realidades a que essa descrição se reporta. É antes uma actividade que constrói e formata objetos de discurso através do modo como os organiza, como os classifica, como os relaciona e lhes atribui significados. Por isso, a compreensão dos fenómenos urbanos exige uma análise dos diversos modos como variados atores e diferentes disciplinas verbalizam a cidade, moldando-a através de seus discursos, transformando-a e conferindo-lhe inteligibilidade. É, assim, forçoso reconhecer a necessidade em resgatar toda a cidade, imaginando a democraticidade, porque “à força de produzir uma retórica feita de exclusivismos, ao mesmo tempo que se proclama de visão global do mundo urbano, a teoria sociológica convencional está a excluir a geografia da diferença urbana, em vez de trabalhar com ela.” (Fortuna, 2008: 26)

É certo que existe uma relação entre o nome e a coisa nomeada. As palavras pretendem comunicar ideias, avaliações e sentimentos. Mas qualquer criação verbal, qualquer categorização ou tipificação, se efetua a partir de um modelo ou por referência a um modelo, que acaba se tornando uma referência para a interpretação e para a significação. À derivação da forma, que permite estabelecer uma inteligibilidade entre o nome e a coisa nomeada, corresponde uma derivação linguística, morfológica nuns casos, semântica noutros, mas sempre envolta num sentido metafórico e, frequentemente, disciplinar, que, com recorrência, nos parece mostrar uma cidade que se distancia da cidade vivida (Barreira, 2008). Acresce que no caso da cidade e do urbano estamos perante

realidades que mudam de forma e de função, ainda que conservem nomes e designações que nem sempre retêm a relação inicial que lhes deu origem.

Nomear e significar a cidade e o urbano origina múltiplas formas de descrição e de racionalidade discursiva. Os modos como a antropologia, a geografia e a sociologia, por exemplo, verbalizam as realidades urbanas permitem dar conta de três modalidades distintas em que o discurso se constitui como um eixo incontornável dos estudos sobre a cidade, na medida em que é um elemento fundamental da própria construção do urbano.

Uma abordagem do urbano de pendor culturalista tende a encarar a cidade como um texto que compreende um sistema de significações. Nesta modalidade, que repousa numa opção metodológica orientada para desenvolver uma metáfora da cidade enquanto texto, o domínio do sensível e da polissemia do urbano sobressaem. Sustentar que é possível ler a cidade como texto, seja para as abordagens etnográficas, seja para a geografia culturalista, resulta numa multiplicação de metáforas refratárias aos enfoques teórico-metodológicos de natureza positivista, assim como às abordagens objetivantes, que encaram o espaço e os diversos contextos urbanos. A leitura, a descodificação e a decifragem das paisagens e dos espaços, promovendo uma aproximação à semiótica, fogem às leituras funcionalistas das formas urbanas, rejeitando leituras vincadamente assentes na morfologia do espaço. Esta leitura, por vezes excessivamente culturalista, da cidade permite conferir uma certa inteligibilidade às paisagens urbanas. Porém, frequentemente, a interpretação do espaço fica excessivamente sujeita a leituras exógenas.

Numa outra modalidade que resulta da leitura dos contextos urbanos e das práticas sociais como texto, o crescimento das cidades, seu planejamento e suas múltiplas formas de governação e de regulação estão povoados de signos. As práticas e trajetórias dos cidadãos e suas redes de contatos e de mediações assentariam, assim, em relações de descodificação da cidade ou de consumo espetacularizado. Esta modalidade de verbalização da cidade aponta para formulações teóricas que têm a ver com a questão da imagem e até da identidade das cidades. A identidade urbana pode apresentar-se sob forma de uma imagem estruturante, de signos penetrantes e consensuais, que permitem

aos indivíduos adquirir referências fortes e, por via delas, adaptarem-se melhor ao espaço urbano. Mas pode também basear-se em experiências individuais formatadas por determinadas variáveis e trajetórias sociais. A noção de espaço público, que se constituiu como uma espécie de senso comum para diferentes ciências e disciplinas, parece oscilar entre estes dois pólos (o da força dos referentes espaciais e o da força das experiências individuais), conjugando-os sem contradição (Peixoto, 2006). No domínio do planeamento urbano o espaço público tende a ser encarado como um fator fundamental da construção das identidades urbanas, na medida em que as intervenções mantidas e reivindicadas em seu nome aparecem em discursos diversos como a solução mais óbvia para a falta de referências urbanas; ou seja, de referências identitárias. É nessa perspectiva mais abrangente e material que o espaço público se torna um móbil das operações de requalificação e de criação de identidade urbana. Os pesados prejuízos sociais e pessoais decorrentes da perda de referências fazem com que a missão da cidade seja a de fornecer estímulos de participação e de interação social. Mas o espaço público afigura-se igualmente como um lugar de manifestação de afectos individuais em relação à cidade. E é também nesta perspectiva que o espaço público se converte num móbil das operações de requalificação urbana e das operações de afirmação identitária. A percepção e a apropriação do espaço e da cidade resultam de pertenças sociais fortes, como a classe social, por exemplo. Nesse sentido, o espaço público é ambíguo e ambivalente, prestando-se a múltiplas e diversas representações, e a identidade da cidade acaba por ser socialmente segmentada. Além disso, o poder representacional do espaço não se limita a referências anódinas, já que cada época produz o seu próprio espaço hierarquizando nele as funções sociais consoante a sua importância no momento. Diferentes grupos sociais lêem e verbalizam diferentemente o espaço e os seus atores.

Uma terceira modalidade releva especificamente a importância da lógica discursiva e não tanto do texto que se dá a ler. As múltiplas formas discursivas (visuais, orais, escritas, etc.) – entenda-se também argumentativas – evidenciam que o carácter urbano das cidades (aquilo que fazem com que elas sejam o que

são) resulta de disputas retóricas e argumentativas. O carácter urbano não resulta, por isso, de aspectos materiais da cidade, mas de uma multiplicidade de opiniões e de discursos contextualizados. A cidade e a urbanidade, além da sua materialidade e morfologia, são também um vasto campo de performances variadas e um aglomerado inextricável de propriedades simbólicas. Metodologicamente, o problema que, com esta modalidade, se coloca às diferentes abordagens das ciências sociais é o da escolha dos reportórios discursivos a analisar. A cidade afirma-se assim, além de texto, como contexto, na medida em que discursos que dão forma ao urbano são inacessíveis, passam despercebidos, são silenciosos ou silenciados, ao passo que outros são insinuantes e hegemónicos. A contextualização dos discursos evidencia o confronto entre uma lógica puramente descritiva e interpretativa da realidade urbana e uma lógica orientada para o conhecimento dessa realidade, para a evidenciação de controvérsias e para a promoção de práticas de participação.

Como nota António Arantes, mesmo os referentes teóricos cientificamente mais partilhados pelas ciências sociais em termos concetuais, como a noção de património, por exemplo, não fazem “parte do instrumental teórico desenvolvido para interpretar ou explicar o social”. Pelo contrário, designam, “de fato construções ideológicas – ou representações – quer requerem, elas mesmo, explicação.” (2009: 11) A cidade como texto e como contexto nas ciências sociais nos obriga, nessa medida, a descortinar essas “construções ideológicas” no carácter contraditório de uma retórica insinuante e de uma prática feita de impasses (Cf. Rubino, 2008), cujo resultado é, precisamente, o de nos colocar perante representações que carecem de tanto mais explicações quanto mais elaboradas se tornam.

O carácter performativo da descrição da realidade social é uma evidência naquilo que se poderia chamar o disputado mercado das ciências sociais, também ele, como outros mercados, sujeito a manifestos efeitos de escalada e, por isso, a uma exacerbação dos textos e dos contextos.

Essa exacerbação não deixa, nos múltiplos campos teóricos e empíricos em que as ciências sociais se espraiam, de pôr em cena palcos de sociabilidades espectacularizadas e de encenação da vida quotidiana, dando forma a uma

espécie de nova realidade alegórica das cidades e da vida urbana. Alegoria essa que se manifesta de forma tripartida. Por um lado, as cidades e a vida urbana são cada vez mais apresentadas como a expressão concreta de uma ideia de espaço público que permite que a cidade seja imaginada e transformada a partir do seu passado e das suas memórias. Assim, sob forma figurada da imbricação entre consumo e lazer, as zonas históricas são, recorrentemente, uma alegoria desse espaço público, supostamente perdido que urge recuperar. As intervenções mais voltadas para um urbanismo intensivo, assente no desenho urbano, têm ocorrido nos locais onde uma ideia de património se pode juntar a uma ideia de espaço público para ser potenciada como atracção turística e de lazer. Por outro lado, a animação crescente das cidades e da vida urbana e a sua turistificação, constituem e originam expressões performativas e plásticas que pretendem sugerir ideais de cidadania e de participação cívica. O espaço recuperado aparece assim como uma nova plataforma de pendor artístico capaz de gerar significados sociais, como se o visual fosse a condição fundadora de novas sociabilidades. Finalmente, as cidades e a vida urbana funcionam como alegoria nas situações em que o seu esplendor e a qualidade urbanística dos seus espaços, as cores garridas das fachadas recuperadas, os traços futuristas de sua arquitetura, frequentemente contrastando com o resto da cidade que os envolve, os tornam uma espécie de obra de arte que representa uma ideia abstrata de qualidade de vida.

Neste âmbito, a metalinguagem variada (planeamento estratégico, cidade sustentável, espaço público, cidadania activa, qualidade de vida, cultura urbana, qualidade total, paisagem ambiental e patrimonial, identidade local, *etc.*) que sustenta esse carácter alegórico, nos contextos e com as retóricas que se apresentam às ciências sociais, funciona como propulsor de imagens metonímicas da cidade. Nessa função, onde as derivações semânticas ganham um pendor metafórico, com uma recorrência inusitada, a metalinguagem que sustenta os discursos convida a tomar a parte da cidade, ordenada e embelezada, pelo todo; confunde intencionalmente o abstrato e o concreto, sugerindo que a matéria (por exemplo, a tinta garrida das fachadas recuperadas) se pode substituir ao objecto (a função residencial) ou que o feito

visual é uma condição fundadora e suficiente de novas sociabilidades; e está mais orientada para funcionar como cartão de visita das cidades (como marca) e menos como espaço onde uma identidade vivida e partilhada se desenvolve (o produto).

Referências bibliográficas

Arantes, Antônio Augusto (2009), "Patrimônio Cultural e Cidade" in Carlos Fortuna e Rogério Proença Leite (Orgs.), *Plural de Cidade – Novos Léxicos Urbanos*. Coimbra: Almedina, 11-24.

Barreira, Irllys (2008), "Narrativas do olhar: Fortaleza em cartões postais" in Rogério Proença Leite (Org.), *Cultura e Vida urbana – ensaios sobre a cidade*. São Cristóvão: Editora UFS, 107-128.

Fortuna, Carlos (2008), "Imaginando a democraticidade: do passado da sociologia para o futuro da cidades" in Rogério Proença Leite (Org.), *Cultura e Vida urbana – ensaios sobre a cidade*. São Cristóvão: Editora UFS, 13-31.

Frúgoli Jr., Heitor (2009), "A cidade no diálogo entre disciplinas" in Carlos Fortuna e Rogério Proença Leite (Orgs.), *Plural de Cidade – Novos Léxicos Urbanos*. Coimbra: Almedina, 53-67.

Gomes, Laura Graziela (2006), "La Maison des Métallos: representações e estratégias de preservação do patrimônio no leste parisiense" in Heitor Frúgoli Jr., Luciana Teixeira de Andrade e Fernanda Arêas Peixoto (Orgs.), *As cidades e seus agentes: práticas e representações*. Belo Horizonte: Editora Pucminas e Edusp.

Koller, Veronika (2008), "'The world in one city': semiotic and cognitive aspects of city branding". *Journal of Language and Politics*, 3 (7). 431-450.

Laplantine, François (1996), *La description ethnographique*. Paris: Nathan.

Lefebvre, Rémi (2000), "Rhétorique de la proximité et «crise de la représentation»". *CLES - Cahiers lillois d'économie et de sociologie*, 35/36, 111-132.

Leite, Rogério Proença (2007), *Contra-Usos da Cidade. Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Editora Unicamp.

Magnani, José Guilherme Cantor (2009), "Etnografia Urbana" in Carlos Fortuna e Rogério Proença Leite (Orgs.), *Plural de Cidade – Novos Léxicos Urbanos*. Coimbra: Almedina, 101-113.

Mondada, Lorenza (2000), *Décrire la Ville – La construction des savoirs urbains dans l'interaction et dans le texte*. Paris: Anthropos.

Peixoto, Paulo (2004), "A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70, 183-204.

Peixoto, Paulo (2006), *O passado ainda não começou. Funções e estatuto dos centros históricos no contexto urbano português*. Tese de doutoramento em sociologia. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (policopiada).

Rubino, Silvana (2008), "Nem findas nem lindas: cidades e gestão da memória" *in* Rogério Proença Leite (Org.), *Cultura e Vida urbana – ensaios sobre a cidade*. São Cristóvão: Editora UFS, 145-169.

Quéré, Louis (1999), *La sociologie à l'épreuve de l'hérmeneutique. Essais d'épistémologie des sciences sociales*. Paris: L'Harmattan.

Santos, Boaventura de Sousa (2007), "Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 3-46.

Santos, Boaventura de Sousa (Org.) (2009), *As Vozes do Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Schreiber, Trine e Moring, Camilla (2001), "Codification of knowledge using discourse analysis". Comunicação apresentada na *11th Nordic Conference on Information and Documentation*, Reykjavik, Islândia, 30 de Maio a 1 de Junho.